

NOVONOR PROPERTIES PARCERIAS S.A.  
(EM Recuperação Judicial)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

NOVONOR PROPERTIES PARCERIAS S.A.  
(Em Recuperação Judicial)

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Novonor Properties Parcerias S.A. - Em Recuperação Judicial  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Novonor Properties Parcerias S.A. - Em Recuperação Judicial ("NP Parcerias" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Novonor Properties Parcerias S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme Nota Explicativa nº1(c) às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022, a Companhia incorreu em sucessivos prejuízos em suas operações, no montante de R\$ 166.115 mil (R\$ 120.068 mil em 2021) e apresentou passivo a descoberto em montante de R\$ 616.083 mil (R\$ 445.318 mil em 2021), principalmente em decorrência dos reflexos do resultado de equivalência da investida indireta Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD ("CENTRAD"). De acordo com a Nota Explicativa nº1(d), em 04 de maio de 2022 a CENTRAD tomou conhecimento da anulação do Contrato de Concessão e a partir da referida data a posse do CADF foi revertida à administração do Distrito Federal, além disso, atualmente existem negociações e processos judiciais e administrativos envolvendo a CENTRAD, Governo do Distrito Federal e Financiadores do contrato que discutem a melhor forma de equacionar os direitos e deveres de parte a parte. Esses eventos e condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

## Ênfases

### Realização do ativo financeiro da concessão da investida indireta CENTRAD

A investida indireta CENTRAD apurou, de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 1.180.788 mil. Contudo, em função dos aspectos já mencionados no parágrafo acima “Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional”, a realização do ativo financeiro da concessão registrado nas demonstrações contábeis da investida, depende dos desdobramentos e da conclusão dos referidos processos e negociações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Contrato de concessão da investida indireta CENTRAD com o poder concedente

Conforme Nota Explicativa nº1(d), em 04 de maio de 2022, a investida indireta CENTRAD tomou conhecimento, por meio da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, Termo de Anulação da concorrência n. 01/2008-Codeplan e do Contrato de PPP dela decorrente. A partir da referida data, a posse do CADF foi revertida à Administração do Distrito Federal, passando a ser de sua exclusiva responsabilidade a guarda, manutenção e operação do Empreendimento. A transferência da posse, bem como da responsabilidade pela guarda, manutenção e operação do CADF à administração do Distrito Federal não implica em aceite ou concordância, por parte da CENTRAD, acerca da qualificação jurídica empregada pelo Poder Concedente para extinção do Contrato de PPP, tendo a CENTRAD reservado o seu direito de buscar a revisão, anulação ou alteração do referido ato administrativo pelos meios que entender cabíveis, bem como quaisquer outros direitos relacionados ao Contrato em questão. Chamamos a atenção a esta divulgação considerando que o resultado destes processos e negociações em curso podem causar impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Contrato de Parceria Público Privada entre o Estado da Bahia e a investida Fonte Nova

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº1(d) às demonstrações contábeis, que menciona o envolvimento da investida direta Fonte Nova Negócios e Participações S.A. (“Fonte Nova”) como polo passivo no Processo TCE/000490/2010, movido pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), alegando a existência de irregularidades na licitação que originou o contrato de concessão firmado entre a Fonte Nova e o Governo do Estado da Bahia. Até a data deste relatório, as decisões emitidas pelo TCE-BA, não contemplaram a execução de quaisquer medidas cautelares que poderiam reduzir o valor da contraprestação pública recebida do Poder Concedente ou impedir a continuidade do Contrato de Parceria Pública-Privada. Por essa razão, não foram constituídas provisões para passivos ou *impairment* de ativos que reflitam eventuais impactos do desfecho deste processo. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de junho de 2023.

## Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

### Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	2022	2021	Passivo e Passivo a descoberto	2022	2021
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	22	1.758	Fornecedores	61	129
Contas a receber	38	38	Obrigações sociais e trabalhistas	362	613
Dividendos a receber (Nota 6)		6.119	Impostos, taxas e contribuições sociais	35	1
Tributos a recuperar	58	83	Sociedades da Organização Novonor (Nota 6)	504	427
Adiantamento a fornecedores	559	559		<u>962</u>	<u>1.170</u>
Adiantamentos diversos	673	673	<b>Não circulante</b>		
	<u>1.350</u>	<u>9.230</u>	Provisão para perdas em investimentos (Nota 7 (b))	852.281	695.991
<b>Não circulante</b>			Sociedades da Organização Novonor (Nota 6)	287	991
Sociedades da Organização Novonor (Nota 6)	24.781	18.663	Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 6)	1.557	
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 6)	113	12.455	Outros passivos	772	52
Outros ativos	139	139		<u>854.897</u>	<u>697.034</u>
	<u>25.033</u>	<u>31.257</u>	<b>Passivo a descoberto (Nota 8)</b>		
Investimentos (Nota 7 (b))	213.393	212.399	Capital social	299.713	299.713
	<u>238.426</u>	<u>243.656</u>	Ajuste de avaliação patrimonial	32.868	37.518
			Prejuízos acumulados	(948.664)	(782.549)
				<u>(616.083)</u>	<u>(445.318)</u>
<b>Total do ativo</b>	<b><u>239.776</u></b>	<b><u>252.886</u></b>	<b>Total do passivo e passivo a descoberto</b>	<b><u>239.776</u></b>	<b><u>252.886</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 9)	(3.038)	(3.143)
Resultado de participação societária (Nota 7 (b))	(163.101)	(126.024)
Outras despesas, líquidas		(1.384)
Prejuízo operacional	<u>(166.139)</u>	<u>(130.551)</u>
Resultado financeiro, líquido (Nota 10)	59	10.483
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(166.080)</u>	<u>(120.068)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(35)	
Prejuízo do exercício	<u>(166.115)</u>	<u>(120.068)</u>
Prejuízo por ação de operações continuadas atribuível aos acionistas durante o exercício (expresso em R\$ por ação) (Nota 11)	<u>(0,55)</u>	<u>(0,40)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	<u>(166.115)</u>	<u>(120.068)</u>
Outros componentes do resultados abrangente: Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>(4.650)</u>	<u>          </u>
Outros componentes do resultados abrangente do exercício:	<u>(4.650)</u>	<u>          </u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(170.765)</u></u>	<u><u>(120.068)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

### Demonstração das mutações do passivo a descoberto

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital subscrito	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2021	299.713	37.518	(662.481)	(325.250)
Prejuízo do exercício			(120.068)	(120.068)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>299.713</u>	<u>37.518</u>	<u>(782.549)</u>	<u>(445.318)</u>
Prejuízo do exercício			(166.115)	(166.115)
Outros resultados abrangentes		(4.650)		(4.650)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>299.713</u>	<u>32.868</u>	<u>(948.664)</u>	<u>(616.083)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(166.115)	(120.068)
Ajustes:		
Depreciação e amortização		196
Perda com ativos permanentes baixados		1.384
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 7 (b))	163.101	132.142
Reversão para garantia		(10.282)
Juros líquidos	(17)	15
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações continuadas	(3.031)	3.387
Variações nos ativos e passivos:		
Tributos a recuperar	25	542
Dividendos a receber		(6.119)
Adiantamento a fornecedor		(559)
Outros ativos		3
Fornecedores	(68)	(44)
Obrigações sociais e trabalhistas	(251)	45
Impostos, taxas e contribuições sociais	34	(6)
Outros passivos	110	479
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(3.181)	(2.272)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 6)	(113)	(1.817)
Partes relacionadas	(6.118)	(15.355)
Dividendos recebidos (Nota 6)	6.119	5.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(112)	(12.172)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 6)	1.557	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	1.557	
Redução de caixa e equivalente de caixa	(1.736)	(14.444)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.758	16.202
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	22	1.758

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## 1 Informações gerais

A Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial (“NP Parcerias” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, com sede em São Paulo, constituída em 10 de julho de 2012.

A Companhia tem por objeto social a exploração, no Brasil ou no exterior, direta ou indireta, das seguintes atividades:

- (i) Concessões de obras e serviços públicos, designadamente no âmbito das arenas multiuso, estádios, ginásios, clubes esportivos, portos, parques olímpicos, centros administrativos, centros de exposições, escolas, universidades, hospitais e afins, presídios, além de outras atividades relacionadas à infraestrutura, meio ambiente e entretenimento;
- (ii) Prestação de serviços de assessoria técnica, prestação de serviços de engenharia, de operação e manutenção relacionados aos negócios indicados no item acima;
- (iii) Exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto social, inclusive importação e exportação;
- (iv) Intermediação e comercialização das propriedades de mídia e de hospitalidade dos negócios indicados no item (i) acima, e também de negócios privados como casa de shows, arenas *indoor* ginásios, estádios e outros afins;
- (v) Incorporação imobiliária de terrenos, compra e venda de imóveis, locação de bens próprios, administração de bens próprios, construção civil, desenvolvimento e exploração de shopping center, incorporação, construção, venda e/ou locação de imóveis, a exploração de atividades hoteleiras ou a elas correlatas, por si ou por terceiros;
- (vi) Exploração de atividades de estacionamentos;
- (vii) Exploração imobiliária, direta ou indireta, incluindo por intermédio de subsidiárias criadas pela Companhia ou por quaisquer das formas admitidas em Lei; e
- (viii) Participação no capital social de outras empresas, personificadas ou não, na qualidade de sócia acionista.

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor (“Grupo”), sendo controlada diretamente pela Novonor Properties e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial (“NP Investimentos”) e indiretamente pela da Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial (“Novonor”).

### (a) Recuperação Judicial

Em 17 de junho de 2019, a Companhia juntamente com sua controladora direta NP Investimentos, a controlada NP Centro Administrativo S.A. – Em Recuperação Judicial (“NP Centrad”), Novonor e outras empresas do Grupo Novonor, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05.

Em 22 de abril de 2020, o Plano de Recuperação Judicial da Novonor e de outras 11 empresas controladas ou controladoras, não incluindo NP Parcerias e NP Centrad, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores. Em 3 de agosto de 2020, o referido Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

## Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Em 15 de outubro de 2020, os planos de Recuperação Judicial da Companhia e da controlada NP Centrad foram aprovados em Assembleia Geral de Credores. Em 18 de dezembro de 2020 e 22 de janeiro de 2021, os planos da NP Centrad e da Companhia, respectivamente, foram homologados pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

### (b) Acordo Global da Novonor com as autoridades

Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo Global com o Ministério Público Federal (MPF), autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da controlada indireta Braskem.

Em 9 de julho de 2018, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, celebrou Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União (“AGU”) e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, referendado, de forma unânime, pelo plenário do Tribunal de Contas da União (“TCU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro e pelo qual se comprometeu a pagar, em 22 (vinte e dois) anos, o valor total de R\$ 2.727 milhões, que deverá ser abatido dos R\$ 3.828 milhões ajustados no Acordo de Leniência firmado com o MPF.

No dia 24 de janeiro de 2022, foi celebrado entre, de um lado, a Novonor e a controlada indireta CNO S.A. e, de outro lado, a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, um Acordo de Leniência, no qual a Novonor e a controlada indireta CNO são coobrigadas ao pagamento no valor de aproximadamente R\$ 330 milhões em 23 (vinte e três) parcelas anuais, que será parcialmente deduzido dos R\$ 3.828 milhões do Acordo celebrado com o MPF, as 5 (cinco) primeiras parcelas serão adimplidas com os valores já desembolsados pela Novonor no âmbito do Acordo Global.

A Novonor reafirma continuamente seu compromisso de atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas do Grupo.

### (c) Perspectivas econômicas e financeiras

A Companhia apresenta passivo a descoberto no montante de R\$ 616.083 (2021 – R\$ 445.318), prejuízo de R\$ 166.115 (2021 – R\$ 120.068) posição impactada principalmente pelo reflexo da equivalência da CENTRAD, em função do cenário de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de Concessão Administrativa assinado com o Governo do Distrito Federal (“GDF”). A Administração da investida, o Poder Concedente e os financiadores negociam a melhor forma de equacionar os direitos e deveres de parte a parte.

## Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### (d) Perspectivas econômicas e fatos relevantes nas investidas

#### CENTRAD

Em 31 de março de 2022, diante do profundo desequilíbrio da concessão ocasionado pela inadimplência do Poder Concedente, o que resultou em impactos materiais na capacidade financeira do CENTRAD, as acionistas controladoras aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a tomada de todos os atos necessários à extinção do Contrato de Concessão, em especial o ajuizamento de eventuais ações visando o pagamento de possíveis indenizações e/ou ressarcimentos dos custos incorridos pela Centrad Concessionária na realização do Projeto PPP/CADF – custos de obra e demais custos administrativos e de gerenciamento do empreendimento, bem como pagamentos decorrentes de eventuais obrigações que a Centrad Concessionária entenda de responsabilidade do Poder Concedente, à luz do contrato firmado para a realização do empreendimento CADF.

Após o ajuizamento da correspondente ação judicial visando à extinção do Contrato de Concessão e o pagamento das indenizações e ressarcimentos dos custos incorridos pela CENTRAD na realização do Projeto PPP/CADF, a CENTRAD tomou conhecimento, por meio de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, datada de 13 de maio de 2022, do despacho de lavra do Governador do Distrito Federal determinando a anulação da Concorrência nº 01/2008-CODEPLAN e do Contrato de PPP decorrente do certame.

A CENTRAD discorda da qualificação jurídica empregada pelo Poder Concedente para extinção do Contrato de PPP, o que será objeto dos devidos questionamentos pelas vias cabíveis.

Em 04 de maio de 2022, a CENTRAD tomou conhecimento, por meio da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, Termo de Anulação da concorrência n. 01/2008-Codeplan e do Contrato de PPP dela decorrente. A partir da referida data, a posse do CADF foi revertida à administração do Distrito Federal, passando a ser de sua exclusiva responsabilidade a guarda, manutenção e operação do Empreendimento.

As condições de entrega constaram de laudo elaborado por perito independente, devidamente entregue ao Distrito Federal por meio da Notificação, protocolizada perante a Secretaria da Casa Civil do ente distrital sob o nº SEI-GDF nº 00002-00002111/2022-18, em 22 de abril de 2022.

A transferência da posse, bem como da responsabilidade pela guarda, manutenção e operação do CADF à administração do Distrito Federal não implica em aceite ou concordância, por parte da CENTRAD, acerca da qualificação jurídica empregada pelo Poder Concedente para extinção do Contrato de PPP, tendo a Concessionária reservado o seu direito de buscar a revisão, anulação ou alteração do referido ato administrativo pelos meios que entender cabíveis, bem como quaisquer outros direitos relacionados ao Contrato em questão.

Em 31 de dezembro de 2022, a CENTRAD apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 1.575.923 (2020 - R\$ 1.232.959) em função do cenário de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de PPP. A Administração, o Poder Concedente e os financiadores negociam a melhor forma de equacionar os direitos e deveres de parte a parte. A construção dessa solução se dará, obrigatoriamente, com a participação dos três entes envolvidos, considerando que a situação apresentada é devido à ausência de pagamentos pelo Poder Concedente.

# Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Fonte Nova")

Em 12 de abril de 2016, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia ("TCE-BA"), no julgamento do Processo TCE/000490/2010, determinou ao Poder Concedente a realização de estudos, no prazo de 120 dias, para adequar as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de Parceria Público Privada ("Contrato de PPP") n. 02/2010 firmado com a investida Fonte Nova, objetivando melhor salvaguarda do interesse público, em razão de irregularidades verificadas no âmbito daquele Processo, cuja decisão está sujeita a recursos. Na referida decisão, o TCE-BA determinou a continuidade do Contrato de PPP n. 02/2010 e não foram concedidas as medidas cautelares que poderiam resultar na imediata redução do valor pago pelo Poder Concedente a título de contraprestação pública à Concessionária, ou na vedação do pagamento de qualquer quantia a título de compartilhamento de risco de demandas.

Da mesma forma, não foram cautelarmente determinadas quaisquer medidas que pudessem ensejar novas obrigações ou assunção de novos custos pela investida em relação ao Contrato de PPP, tampouco penalidades à Concessionária ou aos seus administradores.

Considerando o atual estágio do processo, tendo em vista que a decisão não é definitiva, e o fato que qualquer ajuste no Contrato de PPP apenas poderá ser determinado após a conclusão dos estudos recomendados na decisão do TCE-BA, a administração da investida, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, entende que não é possível, neste momento, estimar eventual impacto na contraprestação pública e tampouco os potenciais desdobramentos deste processo.

Desta forma, em função das incertezas existentes, em 31 de dezembro de 2022, não foi constituída provisão para passivos ou registrado *impairment* de ativos, para refletir os potenciais desdobramentos deste processo.

## (e) Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 29 de junho de 2023.

## 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente todo o período apresentado, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia está apresentando somente suas demonstrações contábeis individuais, considerando que sua acionista direta, OP Investimentos, não fez nenhuma objeção quanto a não apresentação de suas demonstrações contábeis consolidadas; não possui instrumentos de dívida ou patrimoniais negociados publicamente; não teve arquivado nem está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto a Comissão de Valores Mobiliários.

# Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

## 2.2 Investimentos em controladas e controladas em conjunto

Os investimentos em controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir, de forma significativa, nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

### (b) Controladas em conjunto

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

## 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

## 2.4 Instrumentos financeiros

### 2.4.1 Ativos Financeiros

#### (a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial pelo valor justo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

#### (b) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurado ao custo amortizado.

## Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa ser mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem caixa e equivalente de caixa, contas a receber e “partes relacionadas” (Notas 5 e 6 respectivamente).

#### 2.4.2 Passivos Financeiros

##### (a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, partes relacionadas e contas a pagar.

#### 2.4.3 *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidências objetivas de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Para exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificadas pela Administração da Companhia evidências objetivas de perdas.

#### 2.5 Adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”)

Referem-se aos recursos enviados às investidas ou recebidos da controladora, para posterior integralização de capital. O AFAC é registrado ao custo, sem acréscimo de encargos financeiros.

## Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 2.6 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis

A Companhia avaliou as alterações nas normas contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 ou após essa data. As alterações aplicadas à realidade da Companhia são:

#### (a) Revisadas e vigentes

- Alteração ao IFRS 3 (CPC 15(R1)), Referência à Estrutura Conceitual – vigente a partir de 1º de janeiro de 2022.  
- Alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41 (CPC 27(R1), CPC 43(R1), CPC 48, CPC 06(R2) e CPC 29, respectivamente), Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020 – vigente a partir de 1º de janeiro de 2022.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

#### (b) Revisadas e não vigentes

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Divulgação de políticas contábeis – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 8 (CPC 23), Definição de estimativas contábeis – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 12 (CPC 32), Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("*single transaction*") – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima.

## 3 Gestão de risco financeiro

### 3.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e contas a pagar, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

#### (a) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Companhia possui e segue políticas financeiras que definem as diretrizes para o gerenciamento de riscos. Nos termos dessas políticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa e na liquidez de suas operações.

## Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e é decorrente de caixa e equivalentes de caixa.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício.

4 Instrumentos financeiros por categoria

Mensurados ao custo amortizado	2022	2021
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	22	1.758
Contas a receber	38	38
Sociedades da Organização Novonor (Nota 6)	24.781	18.663
	<u>24.841</u>	<u>20.459</u>
Mensurados ao custo amortizado		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	61	129
Sociedades da Organização Novonor (Nota 6)	791	1.418
	<u>852</u>	<u>1.547</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixas e bancos	22	5
Aplicações financeiras (i)		1.753
	<u>22</u>	<u>1.758</u>

(i) A Companhia mantém aplicações de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remuneradas entre 109% e 126% (2020 - 100% e 103%) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

## Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 6 Sociedades da Organização Novonor

	Ativo		Passivo	
	2022	2021	2022	2021
Dividendos a receber (i)		6.119		
Partes relacionadas - ativo (ii)	24.781	18.663		
Adiantamento para futuro aumento de capital (iii)	113	12.455		
Partes relacionadas - passivo (iv)			791	1.418
Adiantamento para futuro aumento de capital (iii)			1.557	
	<u>24.894</u>	<u>37.237</u>	<u>2.348</u>	<u>1.418</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, possuía o montante de R\$ 6.119 de dividendos a receber da Fonte Nova.
- (ii) Refere-se principalmente aos valores de R\$ 12.077 (R\$ 8.636 – 2021) a receber da NP Centrad e R\$9.396 (R\$6.719 – 2021) a receber da CENTRAD diante dos pagamentos realizados pela Companhia aos credores listados em seu Plano de Recuperação Judicial, como garantidor das dívidas das referidas companhias. Adicionalmente ao valor a receber do Complexo Maracanã Entretenimento S.A. (“Arena Maracanã”), a título de ressarcimento à Companhia, pela implementação da estrutura administrativa, no montante de R\$ 2.810 (2021 – R\$ 2.810).
- (iii) Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$113 (2021 – R\$ 12.455) refere-se adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”), enviado pela Companhia à NP Centrad. O valor passivo de R\$ 1.557 é referente ao valor recebido da NP Investimentos.
- (iv) Segue composição do saldo em 31 de dezembro de 2022: R\$ 504 (2021 - R\$ 427), refere-se ao valor a pagar para a CNO referente a contrato de rateio de despesas; R\$287 de saldo a pagar a CNO S.A. (“CNO”) (2021 – R\$ 271) referente a saldo a receber da Cowan cedido pela CNO à Companhia. Em dezembro de 2021 possuía também passivo com a Novonor de R\$644 referente à passivos trabalhistas.

### 7 Investimentos (Provisão para perdas em investimentos)

#### (a) Informações sobre as investidas

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Lucro (prejuízo) do exercício	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
NP Centrad(i)	46.179.848	33.725.000	95,57	95,00	(891.788)	(732.623)	(171.987)	(184.730)
Fonte Nova	73.570.500	73.570.500	50,00	50,00	424.411	422.894	1.989	98.939
SPE Saúde (ii)	9.352.100	9.352.100	7,22	7,22	93.697	57.778	35.919	10.776
Concessionária Rio Mais S.A. (“Rio Mais”) (iii)	56.058.215	56.058.215	33,40	33,40	(2.579.174)	(2.094.476)	(489.635)	(538.733)
Concessionária Porto Novo S.A. (“Porto Novo”) (iii)	13.234.963	13.234.963	37,50	37,50	(785.775)	(295.142)	(490.633)	(144.612)

- (i) Em 04 de março de 2022, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital da investida NP Centrad, no montante de R\$ 12.822, mediante a emissão de 12.821.569 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$12.455 pela Companhia e R\$ 367 pela acionista CNO S.A., ambas mediante a capitalização de AFAC.

## Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Em consequência da perda de controle e influência na investida SPE Saúde, em 20 de janeiro de 2020, a Companhia suspendeu o reconhecimento através do método da equivalência patrimonial.
- (iii) Durante os exercícios de 2020 e 2021, as controladas em conjunto Porto Novo e Rio Mais apuraram patrimônio líquido negativo. A partir de então, a Companhia manteve a suspensão do cálculo da equivalência patrimonial, de acordo com o CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, que determina que quando a participação do investidor nos prejuízos do período do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras.

### (b) Movimentação dos investimentos

	Saldo do exercício anterior	Equivalência patrimonial	Movimentação de ajuste de avaliação patrimonial	Integralização AFAC	Dividendos	Saldo no final do exercício
Investimentos						
Fonte Nova	211.447	994				212.441
SPE Saúde	952					952
Subtotal	212.399	994				213.393
Provisão para perdas em investimentos						
NP Centrad	(695.991)	(164.095)	(4.650)	12.455		(852.281)
Subtotal	(695.991)	(164.095)	(4.650)	12.455		(852.281)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(483.592)	(163.101)	(4.650)	12.455		(638.888)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(351.142)	(126.024)			(6.426)	(483.592)

### (c) Garantias

A Companhia presta ESAs (*Equity support agreement*), aval e fiança corporativos a Negócios ou Projetos de forma seletiva, mediante avaliação de riscos e devida aprovação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 o total de ESAs, avais e fianças corporativas prestados pela Companhia para a controlada em conjunto CENTRAD é de R\$ 133,9 milhões (2021 - R\$ 124,9 milhões).

## 8 Passivo a descoberto

### (a) Capital social

A composição do capital é a seguinte:

	2022			2021		
	Capital social subscrito	Ações	Participação (%)	Capital social	Ações	Participação (%)
Acionistas						
NP Investimentos	299.713	299.712.688	100,00	299.713	299.712.688	100,00
ODBINV S.A.		1			1	
	299.713	299.712.689	100,00	299.713	299.712.689	100,00

## Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (b) Ajuste de avaliação patrimonial

Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, ainda que pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado do exercício. Os impactos desses valores no resultado do exercício ocorrerão quando da sua efetiva realização.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo no início do exercício	37.518	37.518
Ajuste de avaliação patrimonial (i)	<u>(4.650)</u>	
Saldo no final do exercício	<u>32.868</u>	<u>37.518</u>

(i) Reflexo de ganho e perda decorrente de diluição de participação em investimentos.

### 9 Despesas gerais e administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços de consultoria e assessoria	(58)	(64)
Pessoal	(2.816)	(2.456)
Gastos administrativos	(154)	(427)
Depreciação		(196)
Outras despesas	(10)	
	<u>(3.038)</u>	<u>(3.143)</u>

### 10 Resultado Financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Receitas com juros	77	236
Atualização monetária de impostos a recuperar	<u>3</u>	<u>5</u>
	80	241
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(16)	(29)
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(4)	(11)
Juros, comissões (reversão) de despesas bancárias	<u>(1)</u>	<u>10.282</u>
	<u>(21)</u>	<u>10.242</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>59</u>	<u>10.483</u>

## Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 11 Prejuízo por ação

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante os exercícios findos em:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(166.115)	(120.068)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>299.713</u>	<u>299.713</u>
Prejuízo por ação (em Reais)	<u>(0,55)</u>	<u>(0,40)</u>

### 12 Contingências

A Companhia vem discutindo uma ação cível no montante de R\$ 315.145 (2021 – R\$ 365.987) para a qual não foi constituída provisão, decorrente da avaliação dos administradores e de seus assessores jurídicos externos, que consideram a perda na demanda como possível.

### 13 Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

\* \* \*